



## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

### **PREÂMBULO**

O Regimento da Assembleia Geral constitui um importante e fulcral instrumento para a actividade deste órgão da Ordem dos Enfermeiros e, em particular, para o respectivo funcionamento, com respeito pelos princípios democrático e pluralista na formação da sua vontade e exercício das suas competências estatutárias.

A experiência do funcionamento das assembleias gerais permite identificar um conjunto de aspectos que se perspectivam, uma vez introduzidos, como promotores de uma maior participação dos membros da Ordem.

Através da proposta de alteração do Regimento da Assembleia procede-se a um conjunto de alterações orientadas por esse desiderato.

O presente Regimento visa proceder à adaptação do Regimento da Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros às alterações decorrentes da alteração do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros alterado e republicado nos termos da Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro, correspondente à Segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Para além das alterações operadas, com a justificação que antecede, procede-se à clarificação e simplificação da redacção de algumas regras bem como à manutenção da sistematização adoptada na anterior redacção, em capítulos.

Perspectiva-se que o Regimento da Assembleia Geral se apresente como um instrumento normativo promotor do maior esclarecimento e transparência do funcionamento da Assembleia Geral.

Assim, nos termos da alínea p) do Artigo 19.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de Abril, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 156/2015 de 16 de Setembro, ouvidas as mesas das assembleias regionais e após parecer do Conselho Jurisdicional, a Mesa da Assembleia Geral coloca à discussão e votação da Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros para a respectiva aprovação como Regimento.



*[Handwritten signature]*

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

### **Capítulo I** **Disposição Geral**

#### **Artigo 1.º** **Objecto**

O presente Regimento regula o funcionamento da Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros e procede ao desenvolvimento das regras legais previstas nos Artigos 18.º e seguintes do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.

### **Capítulo II** **Competências dos membros da Mesa da Assembleia Geral**

#### **Artigo 2.º** **Competências do Presidente**

1. Compete, em geral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral representá-la e presidir à mesma.
2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, quanto à convocação das reuniões do órgão:
  - a) Convocar as reuniões ordinárias, nos termos do n.º 1 do Artigo 22.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros e deste Regimento, e decidir, nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, sobre a cidade na qual se realiza a reunião;
  - b) Convocar as reuniões extraordinárias da Assembleia Geral por iniciativa própria, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Artigo 20.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros;
  - c) Convocar as reuniões extraordinárias da Assembleia Geral requeridas nos termos das alíneas b) a d) do n.º 3 do Artigo 20.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, por órgão ou membros com poder de iniciativa de convocação, conferindo a percentagem de membros efectivos estabelecida na alínea d) do mesmo número e Artigo;
  - d) Estabelecer a ordem de trabalhos da Assembleia Geral;
  - e) Providenciar para que sejam divulgados pelos serviços da Ordem dos Enfermeiros os documentos a apreciar nas reuniões da Assembleia Geral nos termos do n.º 2 do Artigo 22.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.
3. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, quanto à realização de reuniões do órgão e execução das respectivas deliberações:
  - a) Dirigir as reuniões;
  - b) Aceitar ou rejeitar, após consulta à Mesa e verificada a sua regularidade regimental, os requerimentos, orais e escritos, e os documentos apresentados à Mesa da Assembleia Geral;
  - c) Conceder a palavra aos membros da Assembleia Geral, fazendo observar a ordem de trabalhos;
  - d) Limitar o tempo e inscrições para o uso da palavra por forma a assegurar o bom funcionamento dos trabalhos;
  - e) Dar conhecimento à Assembleia Geral das informações e explicações que forem dirigidas à Mesa;
  - f) Submeter à discussão os documentos admitidos pela Mesa;
  - g) Submeter à votação os documentos admitidos pela Mesa;
  - h) Assegurar o cumprimento do presente Regimento;
  - i) Acompanhar a divulgação e o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral, alertando os órgãos próprios para eventuais incumprimento das mesmas;



*[Handwritten signature]*

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

- j) Exercer os demais poderes que lhe forem atribuídos pela lei, pelo Regimento ou pela própria Assembleia Geral.

### **Artigo 3.º**

#### **Competência do Vice-Presidente**

Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do Artigo 25.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros;
- b) Assinar, em caso de delegação do Presidente, a correspondência expedida pela Mesa da Assembleia Geral.

### **Artigo 4.º**

#### **Competência dos secretários**

1. Compete aos Secretários da Mesa da Assembleia Geral:
  - a) Coadjuvar o Presidente nos actos necessários ao normal funcionamento da Assembleia Geral e assegurar o expediente da Mesa;
  - b) Secretariar as reuniões e lavrar as respectivas actas;
  - c) Verificar o quórum e registar as votações;
  - d) Verificar as presenças dos membros efectivos que tomaram a iniciativa de requerer a realização da reunião extraordinária da Assembleia Geral, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do Artigo 25.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros;
  - e) Ordenar as matérias a submeter a votação;
  - f) Organizar as inscrições para o uso da palavra;
  - g) Servir de escrutinadores.
2. O exercício das presentes competências é efectuado no mínimo por dois Secretários.

### **Capítulo III**

#### **Reuniões da Assembleia Geral**

### **Artigo 5.º**

#### **Sede de reuniões**

1. As reuniões da Assembleia Geral podem realizar-se em qualquer capital de distrito de acordo com o n.º 1 do Artigo 21.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.
2. As reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizam-se no Porto, em Coimbra ou em Lisboa de acordo com o n.º 2 do Artigo 21.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.
3. Todas as reuniões podem prever a participação dos membros por videoconferência, em condições e local a designar na convocação da mesma, nos termos de Regulamento próprio a aprovar.

### **Artigo 6.º**

#### **Convocação**

1. Os prazos de antecedência prévia da convocação, disponibilização de documentos e de convocação da reunião da Assembleia, previstos no Artigo 22.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, são contados de forma contínua.



*[Handwritten signature]*

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

2. Os documentos a apreciar nas reuniões da Assembleia Geral devem ser entregues ao Presidente da Mesa com a antecedência de oito dias, necessária para que os assuntos possam ser incluídos na ordem de trabalhos e para que possa ser cumprido o prazo previsto no n.º 2 do Artigo 22.º do Estatuto para a sua divulgação.
3. Os requerimentos de convocação de reunião extraordinária da Assembleia Geral, a que se refere a alínea c) do n.º 2 do Artigo 2.º deste Regimento, são sempre fundamentados quanto aos superiores interesses da Ordem que a motivam, nos termos do n.º 3 do Artigo 20.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, sob pena de rejeição.

### **Artigo 7.º**

#### **Presenças**

1. Podem participar das reuniões da Assembleia Geral:
  - a) Os membros efectivos da Ordem dos Enfermeiros, nos termos e para os efeitos do Artigo 18.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros;
  - b) Os membros honorários e os representantes dos membros correspondentes, nas assembleias a que se refere o n.º 4 do Artigo 20.º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, sem direito de voto.
2. Podem estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral:
  - a) Funcionários, assessores da Ordem dos Enfermeiros e pessoal contratado para prestar apoio logístico ou técnico;
  - b) Peritos alheios à Ordem dos Enfermeiros, para apoio técnico aos proponentes na apresentação de propostas ou apoio técnico-jurídico geral.
3. Sempre que seja prevista a participação na Assembleia Geral por videoconferência, terão que estar garantidas idênticas condições para o debate, discussão, e votação, designadamente a possibilidade de acompanhamento em tempo real das circunstâncias do lugar e de modo em que os membros da Assembleia Geral se encontram.
4. Nas situações previstas no número anterior devem estar reunidas todas as condições técnicas necessárias para o efeito, devendo o Presidente informar na convocatória a possibilidade de participação dos membros por videoconferência.
5. O pedido de presença dos peritos, a dirigir ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deve ser feito pelos proponentes correspondentes por escrito e com a antecedência mínima de dez dias.
6. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral decidir sobre a presença das pessoas referidas nos termos do n.º 2 do presente Artigo.
7. A permanência dos peritos cuja presença seja deferida nos termos do número anterior limita-se ao período temporal da apresentação e discussão da proposta correspondente.
8. Compete ao Conselho Directivo deliberar sobre a disponibilização dos meios requeridos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral para os efeitos previstos no n.º 2 do presente Artigo.
9. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral decidir sobre a realização da Assembleia Geral perante as condições disponibilizadas.
10. A presença na Assembleia Geral de pessoas não compreendidas nos n.ºs 1 e 2 do presente Artigo depende de deliberação favorável dos membros efectivos presentes.
11. As pessoas referidas no número anterior têm o estatuto de observadores.



*[Handwritten signature]*

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

### **Artigo 8.º**

#### **Registo de presenças**

1. No local das reuniões da Assembleia Geral deve existir um meio de registo das presenças dos membros com direito de participação.
2. O registo das presenças pode ser efectuado mediante assinatura de listagem alfabética dos membros, que inclua os respectivos números de inscrição, devendo ser assinada, à entrada, pelos presentes, ou por registo electrónico associado a cédula profissional.
3. A assinatura da listagem, sendo o caso, implica a comprovação da inscrição na Ordem dos Enfermeiros através da apresentação da cédula profissional ou de declaração de substituição da mesma.

### **Artigo 9.º**

#### **Organização das reuniões**

1. Nas reuniões da Assembleia Geral designa-se por período de «ordem do dia» o tempo, decorrido entre a verificação do quórum constitutivo e a discussão e eventual deliberação sobre o último assunto constante da ordem de trabalhos fixada na Convocatória.
2. Nas reuniões ordinárias da Assembleia Geral pode existir um período anterior ao da «ordem do dia», designado «prévio à ordem do dia», destinado à aprovação de actas de reuniões anteriores, informações, pedidos de esclarecimento à Mesa, envio de mensagens de saudação, votos de louvor, de congratulação e de pesar.
3. No período «prévio à ordem do dia» não podem ser discutidas ou deliberadas questões incluídas na ordem de trabalhos ou alheias às referidas no n.º 2 deste Artigo.
4. O período «prévio à ordem do dia» não pode exceder 30 minutos, sem prejuízo da respectiva prorrogação pelo Presidente da Mesa, até ao máximo de 30 minutos, ou da transferência da sua continuação para depois da conclusão do último ponto da «ordem do dia».

### **Artigo 10.º**

#### **Uso da palavra**

1. A palavra é concedida aos membros da Assembleia Geral para:
  - a) Tratar de assuntos de interesse da Ordem;
  - b) Apresentar propostas, moções, requerimentos e protestos;
  - c) Participar na discussão dos assuntos em apreciação;
  - d) Invocar o regimento ou interpelar a Mesa;
  - e) Formular pedidos de esclarecimento ou responder aos mesmos.
2. Quem solicitar a palavra deve identificar-se e declarar para que fim, de entre os incluídos nas alíneas a) a e) do n.º 1 do presente Artigo, dela pretende fazer uso.
3. Quando o orador se afastar da finalidade para que lhe foi concedida a palavra, é disso advertido pelo Presidente da Mesa, que pode retirar-lha se o orador persistir na sua atitude.
4. O orador pode ser avisado para resumir as suas considerações quando se aproxima o termo do tempo fixado pelo Presidente da Mesa para apresentação ou discussão do assunto em causa.
5. Se algum membro da Mesa quiser usar da palavra durante a sessão da Assembleia Geral não pode reassumir o seu lugar na Mesa enquanto estiver em debate ou votação o assunto em que tenha intervindo.



**REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**  
Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

**Artigo 11.º**

**Propostas**

1. As propostas reportam-se a questões de interesse da Ordem e da profissão, que devam ser objecto de deliberação da Assembleia, e são apresentadas com o grau de especificidade adequado à sua discussão esclarecida.
2. As propostas constantes da ordem de trabalhos e previamente divulgadas são apresentadas oralmente à Assembleia Geral, de forma sucinta, pelo proponente, representante dos proponentes ou do órgão proponente.
3. As propostas efectuadas no decurso da reunião da Assembleia Geral são dirigidas à Mesa, por escrito e fundamentadas, ainda que previamente apresentadas oralmente no âmbito de uma intervenção autorizada, pelo proponente, representante dos proponentes ou do órgão proponente.
4. O Presidente da Mesa pode fixar um limite de tempo para a apresentação oral das propostas ao abrigo dos números anteriores.
5. O tempo e número de inscrições para intervenção na discussão sobre a proposta apresentada pode ser limitado pelo Presidente da Mesa, considerando o período total que tenha sido previamente fixado para a discussão da proposta.
6. O Presidente da Mesa pode dar prioridade ao pedido de intervenção do proponente, do representante dos proponentes ou do órgão proponente, para efeitos de clarificação do sentido da proposta e de apresentação de alterações, substituições às propostas ou de retirada das mesmas.

**Artigo 12.º**

**Moções**

1. As moções são afirmações colectivas, que, podendo ser apresentadas apenas por um membro, representante de um conjunto de membros ou órgão da Ordem, firmam orientações de carácter geral.
2. Às moções aplicam-se as disposições previstas no Artigo anterior, com as devidas adaptações.

**Artigo 13.º**

**Requerimentos**

1. Os requerimentos são solicitações dirigidas à Mesa, respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto, ou ao funcionamento da reunião.
2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente, devendo o texto dos últimos ser entregue à Mesa previamente à sua votação.
3. Os requerimentos orais, bem como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder um minuto.
4. Os requerimentos, uma vez admitidos, são imediatamente votados, sem que haja lugar à discussão dos mesmos.
5. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.

**Artigo 14.º**

**Protesto**

1. Os protestos são reclamações contra o carácter ilegal ou irregular de decisão da Mesa ou contra expressões consideradas ofensivas da honra e consideração devidas.
2. O tempo para protesto não pode exceder dois minutos.
3. Quando se verifique a necessidade, e o mesmo seja admitido pelo Presidente da Mesa, o tempo para contraprotesto não pode ser superior a 2 minutos.



*Handwritten signature or mark in blue ink.*

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

### **Artigo 15.º**

#### **Esclarecimentos**

1. A palavra para pedir esclarecimentos, designadamente sobre o conteúdo de propostas, deve limitar-se à formulação concisa da pergunta ou perguntas.
2. A palavra para proferir a resposta a um pedido de esclarecimentos deve limitar-se estritamente à matéria em relação à qual foi suscitada a questão, pelo orador que tiver acabado de intervir.
3. Os membros da Assembleia Geral que pretendam formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se no termo da intervenção que os originou, sendo os mesmos apresentados por ordem de inscrição e podendo ser respondidos em conjunto, se o interpelado assim o entender.
4. O orador interrogante e o orador respondente dispõem de dois minutos por cada intervenção, não podendo, porém, as perguntas e respostas exceder o tempo global de 10 minutos.

### **Artigo 16.º**

#### **Invocação do regimento e interpelação à Mesa**

O uso da palavra para invocar o regimento ou interpelar a Mesa não pode exceder dois minutos.

### **Artigo 17.º**

#### **Uso da palavra no período da votação**

Anunciado o período de votação de uma proposta, nenhum membro da Assembleia Geral pode usar da palavra até à proclamação dos resultados, excepto para apresentar requerimento respeitante ao processo de votação.

### **Artigo 18.º**

#### **Deliberações**

Salvo para os assuntos relativamente aos quais a lei exija maioria mais elevada, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos membros efectivos presentes, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

### **Artigo 19.º**

#### **Voto**

1. Nenhum membro efectivo presente pode deixar de manifestar o seu sentido de aprovação, rejeição ou abstenção quanto ao objecto da votação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Os membros da Mesa podem não exercer o direito de voto para cujo efeito devem declará-lo à Assembleia antes do início da votação.
3. Não é permitido o voto por procuração ou por correspondência.

### **Artigo 20.º**

#### **Formas de Votação**

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
  - a) Por escrutínio público, que pode efectuar-se colectivamente ou nominalmente;
  - b) Por escrutínio secreto.
2. Na votação por escrutínio público apura-se o sentido da declaração de voto de cada membro pelo modo colectivo indicado pelo Presidente da Mesa, designadamente pelos que estão levantados em contraposição com os sentados.
3. Nos casos de votação nominal cada membro indica, individualmente, o respectivo sentido de voto.



*[Handwritten signature]*

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

4. Cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral decidir sobre a forma de votação, tendo em conta a natureza da matéria em causa, à excepção da forma prevista na alínea b) do n.º 1 do presente Artigo, que, sendo sugerida pelo Presidente ou requerida por qualquer membro presente, implica a aceitação expressa da Assembleia Geral, deliberando nos termos do Artigo 19.º deste Regimento.
5. O apuramento do resultado das votações efectuadas nominalmente e por escrutínio secreto pode, se as condições técnicas o permitirem, ser efectuado por meios electrónicos.

### **Artigo 21.º**

#### **Processo de votação**

1. Sempre que se tenha que proceder a uma votação, o Presidente da Mesa anuncia-o de forma clara, para que os membros possam tomar atempadamente os seus lugares.
2. Enquanto decorrer o período da votação não é permitida a entrada ou a saída da sala.
3. Nos casos de votação por escrutínio secreto, é dada baixa dos membros efectivos presentes por cada membro votante, podendo a mesma ser efectuada em caderno ou por processo electrónico de identificação.

### **Artigo 22.º**

#### **Empate na votação**

1. O Presidente da Mesa tem voto de qualidade em caso de empate na votação, salvo se a votação se tiver efectuado por escrutínio secreto.
2. Nos casos de empate em votação por escrutínio secreto, procede-se a nova votação.
3. Quando se mantenha o empate na segunda votação, procede-se a votação nominal.

### **Artigo 23.º**

#### **Declaração de voto**

1. Os membros da Assembleia Geral podem produzir **no final da votação** uma declaração, esclarecendo o sentido do seu voto.
2. A declaração pode ser oral, quando assim for admitido pelo Presidente da Mesa, e não pode exceder dois minutos.
3. As declarações de voto são escritas e entregues na Mesa até ao final da reunião.
4. As declarações orais devem ser reduzidas a escrito pelo declarante e entregues na Mesa nos termos do número anterior.

### **Artigo 24.º**

#### **Registos das reuniões e actas**

1. As reuniões da Assembleia Geral são registadas em suporte áudio.
2. Das reuniões da Assembleia Geral são lavradas actas.
3. As actas, lavradas pelos secretários da Mesa, são submetidas à votação de todos os membros efectivos presentes no início da reunião ordinária subsequente, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente da Mesa, pelo Vice-Presidente e pelos secretários.
4. Nos casos em que a Assembleia assim o aprove, a minuta da deliberação é votada, por iniciativa do Presidente da Mesa, ponderada a urgência ou conveniência da sua imediata entrada em vigor.
5. As deliberações só adquirem eficácia depois de aprovadas as respectivas actas ou minutas das deliberações, nos termos do número anterior, e da sua assinatura pelos membros da Mesa.



*[Handwritten signature]*

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL**

Aprovado em Assembleia Geral de 7 de Maio de 2016

### **Artigo 25.º**

#### **Publicidade das deliberações**

As deliberações, assim como um resumo dos trabalhos das reuniões da Assembleia Geral, são publicados nos meios de divulgação da Ordem dos Enfermeiros.

### **Capítulo IV**

#### **Disposições finais**

### **Artigo 26.º**

#### **Aprovação do Regimento e alterações**

1. O Regimento da Assembleia Geral é aprovado pela Assembleia Geral, sendo posteriormente publicado.
2. A Convocatória e Funcionamento da Assembleia Geral via videoconferência serão alvo de regulamentação própria.
3. As propostas de alteração ao Regimento da Assembleia Geral são apresentadas por escrito, individualmente por qualquer membro efectivo, ou colectivamente, por grupos de membros, ou órgãos da Ordem.
4. As propostas são votadas na reunião da Assembleia Geral ordinária subsequente, desde que sejam entregues ao Presidente da Mesa com a antecedência necessária para poderem constar da ordem dos trabalhos.

### **Artigo 27.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente Regimento entra em vigor após a aprovação do mesmo pela Assembleia Geral e aprovada a respectiva acta da Assembleia Geral ou minuta da deliberação, nos termos do número anterior.

### **Artigo 28.º**

#### **Aplicação às assembleias regionais**

O presente Regimento aplica-se, com as devidas adaptações, às assembleias regionais da Ordem dos Enfermeiros.

### **Artigo 29.º**

#### **Interpretação e integração de lacunas**

Compete à Mesa da Assembleia Geral interpretar o presente regimento e integrar as suas lacunas, com observância do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, da legislação vigente e da jurisprudência da Ordem dos Enfermeiros.

### **Artigo 30.º**

#### **Revogação**

É revogado o Regimento da Assembleia Geral, aprovado pela Assembleia Geral de 21 de Março de 2015.